

OFICIAIS — POLÍTICA — IDEOLOGIA

Major ALVARO GALVÃO PEREIRA,
Aluno da ECEME.

Até que ponto deve ser permitido aos chefes militares expressar, publicamente, opiniões que possam contrariar a Política Nacional controlada pelos civis?

Parece-nos interessante apresentar aos leitores desta Revista, alguns aspectos do problema que, no momento, agita a opinião pública norte-americana.

A questão começou a tomar vulto em Abril de 1961 quando um jornal acusou o Gen Edwin Walker, comandante da 24ª. DI, estacionada na Alemanha, por doutrinar politicamente as tropas sob seu comando. Entre as personalidades americanas consideradas pelo general como "côr de rosa", o jornal citou o nome do ex-Presidente Truman.

Diante do clamor público provocado pela notícia, o Gen Walker foi destituído do comando e, após 7 meses de investigações o Exército considerou-o culpado por "transgredir os regulamentos, tentando influenciar os votos de seus comandados", e por "haver tomado parte em polêmicas, ultrapassando as prerrogativas do seu pôsto".

Como consequência, o Exército Americano viu-se privado dos serviços de um dos seus mais experimentados combatentes, comandante da 1ª Força de Serviços Especiais através da Itália, França e Alemanha, na 2ª Guerra Mundial, e comandante da Artilharia na famosa batalha das montanhas "Heartbreak", na Coréia. Com 51 anos de idade, no pôsto de General-de-Divisão da Ativa, o Gen Walker pediu demissão do Exército, muito embora ainda se pretendesse aproveitar a sua experiência de combate, dando-lhe uma função de grande responsabilidade — Chefe da Seção de Instrução e Operações, na área do Pacífico.

No seu pedido de demissão, o Gen Walker declarou não poder aceitar sua "transferência para a reserva, com vencimentos de cerca de mil dólares por mês, porque isto contrariaria os seus próprios princípios." Explicando as razões do pedido, disse: — "Minha carreira foi destruída. Preciso encontrar outro meio de servir à minha Pátria nesta época de crise. Para isto, preciso estar livre do poder dos "homenzinhos" que, em nome do meu País, punem o serviço leal a êle prestado".

O General prossegue argumentando que os homens mandados para sua Divisão nada sabiam sobre o comunismo. "Para ser bastante exato, os soldados não sabiam porque motivo estavam usando o uniforme americano. Tem-se sugerido que o exame e o debate de assuntos de política interna não estão dentro da esfera de ação militar.

Discordo. Ninguém se iluda: não é possível fazer um soldado de um homem que não se tenha tornado, primeiro, num verdadeiro americano". E concluiu: "Agora, o meu objetivo será, como civil, procurar fazer aquilo que não poderia fazer como militar".

O "caso Walker" constitui a explosão de uma controvérsia que data do início do atual governo americano. Quando o Presidente Kennedy assumiu o poder, o governo começou a dar mostra de que silenciaria os militares faladores. A primeira vítima foi o Chefe de Estado-Maior da Armada, Almirante Arleigh Burke. Um discurso anticomunista de rotina, foi profundamente cortado pelos censores do Pentágono, sob alegação de que as afirmações do Almirante poderiam arruinar as negociações para a liberação dos dois pilotos do avião militar RB-47, então prisioneiros dos soviéticos. Nos meses seguintes, os discursos e palestras dos chefes militares submetidos à censura, foram objetos de grandes cortes.

Uma parte da opinião pública americana reagiu desfavoravelmente, ante a ação governamental. Acusaram o governo de estar tentando "amordaçar" os militares e sugeriram que isto significava um "amolecimento" do governo em relação ao comunismo.

Em fins de 1961, a Subcomissão das Forças Armadas do Senado, criou uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a controvérsia sobre "que limitações devem ser impostas à livre expressão de opiniões políticas" por militares. Admite-se, entretanto, que a Comissão presidida pelo Senador John Stennis tem por objetivo tentar resolver um conflito que existe desde que a América do Norte é república. A liberdade de palavra é um direito básico de cada cidadão americano — e, provavelmente, este direito é extensivo aos chefes militares. Porém, o controle do governo civil sobre as Forças Armadas é outro princípio fundamental da forma de governo americano, e que, para ter aplicação real, deve subentender o direito de controlar os generais e almirantes em seus pronunciamentos públicos.

Entre os depoimentos mais importantes, perante a CPI, destacamos os seguintes trechos:

Dwight Eisenhower — "Aceito o ponto de vista de que, quando oficiais responsáveis e respeitados sentem-se obrigados a submeter-se à censura, estamos suprimindo o conceito da responsabilidade pessoal".

Gen Lemnitzer, Chefe da Junta de Chefes de Estado-Maior, defendendo o governo: — "Um orador deve ter um propósito. Este só pode ser o de apoiar nossos objetivos nacionais, o que faço na forma mais objetiva e concreta possível, ressalvados os interesses da segurança do País. Aceito e agradeço todo o auxílio, que me prestam, e considero a revisão de discursos como um auxílio".

Gen Trudeau, Chefe do Serviço de Desenvolvimento e Pesquisa, acusando os censores de "caprichosos" e citando um dos 91 cortes sofridos em 50 discursos seus: — "Foi censurada uma declaração em que eu dizia que negociações diplomáticas sem cartas altas constituem,

sempre, um "Bluff" e jamais poderão resistir a uma provocação. Os censores explicaram que a diplomacia não devia ser comparada a um jogo de cartas".

Gen Shoup, Comandante dos Fuzileiros Navais, esclarecendo não compreender o motivo pelo qual os militares desejam continuar pronunciando violentos discursos anticomunistas: — "Não acho que se tem que odiar para ser um bom comandante. Lutaremos contra qualquer inimigo designado pelo Presidente. Pronunciei mais de 100 discursos e não mencionei a palavra comunismo". (O Gen Shoup ganhou a Medalha de Honra do Congresso, na 2ª. Guerra, na conquista de Tarawa).

Senador Thurmond, procurando provar que a política adotada, de censurar os pronunciamentos públicos dos chefes militares, é perniciososa: — "Tem existido, dentro do Departamento de Estado, uma política secreta e derrotista, procurando impedir o pronunciamento categórico dos militares contra o comunismo".

Arthur Sylvester, Assistente do Secretário de Defesa, para Relações Públicas, defendendo a censura. — "A finalidade de obrigar as declarações dos militares a obedecer à política nacional, é ter certeza de que este País fala, não através da fraqueza de vozes contraditórias, mas da potência de uma só voz".

A CPI deverá funcionar, ainda, por mais algumas semanas. Serão ouvidos militares de destaque, da ativa ou da reserva. Até o momento, não há conclusões, embora quase todos concordem que os chefes militares devam sujeitar-se a restrições em seus pronunciamentos públicos. Mas a grande dúvida permanece ainda: — De que tipo serão as restrições e qual a sua intensidade?

O último fato que merece ser alinhado neste trabalho, diz respeito à abertura das páginas da revista "ARMY" — "Uma publicação profissional devotada ao progresso das artes e ciências militares e representando os interesses de todo o Exército Americano" — publicada mensalmente pela Associação do Exército dos Estados Unidos, para acolher as opiniões favoráveis ou desfavoráveis dos seus leitores.

Esclarecendo que "a controvérsia sobre que limitações devem ser impostas à livre expressão de opiniões políticas por Oficiais, raramente é debatida, em público, pelo pessoal mais intimamente relacionado com o assunto: os próprios Oficiais", e que "isto é compreensível, mas lamentável, pois uma exposição racional dos pontos de vista dos militares é essencial para a compreensão pública do assunto", o número de Janeiro de 1962 apresenta um artigo de um civil, com o mesmo título deste trabalho.

A guisa de introdução, o autor — George A. Kelly — afirma julgar "particularmente arriscado abordar, nas páginas de uma revista militar, o aspecto das afinidades políticas de um Corpo de Oficiais. Porém, é este, precisamente, um dos lugares em que a questão tem que ser tratada".

Caracteriza a controvérsia surgida nos E.U.A. nos últimos meses, como dizendo respeito a até que ponto os comandantes podem atrair a atenção de seus subordinados para problemas políticos, e de que maneira devem "inocular" suas tropas contra os pontos de vista políticos do inimigo.

O autor procura, de início, deixar bem clara a posição tradicional do Exército, e de seus Oficiais, em relação à política. "O Exército, nos países democráticos não é, de forma alguma, um exército político". "Nos Estados Unidos — onde a História não registra intervenção política perpetrada por militares — a norma estabelecida é que os Oficiais devem despir o uniforme e retonar ao meio civil se desejarem envolver-se na política."

Em seguida, Kelly interpreta os termos utilizados, afirmando que "evidentemente o que estamos considerando, quando falamos de Oficiais e Política, é a possibilidade que existe da manifestação pública de convicções chocar-se com as normas de neutralidade disciplinada que regem o grupo militar, ou que, através da cadeia de comando, um Oficial mais graduado possa tentar impor aos subordinados, ideais políticos discutíveis."

Devido aos múltiplos aspectos técnicos que envolvem a guerra moderna e ao grande poder das armas atuais, provocando igual destruição tanto nas frentes de combate como no interior das nações beligerantes, tornou-se estreita a ligação dos militares com os cientistas e com as autoridades civis. Atualmente, qualquer conflito engloba, ainda, a guerra psicológica, a propaganda, a doutrinação e a compreensão tanto dos objetivos nacionais, como dos propósitos políticos do inimigo. Por isto, aumentaram as tentações, entre os militares, para pronunciamentos sobre assuntos políticos. Kelly afirma que "não se trata mais de servir de árbitro entre partidos políticos nacionais, mais sim de virar o regime nacional para o caminho que pareça mais apropriado para anular, reprimir e, talvez, derrotar os inimigos da nação." Segue-se uma advertência importante do autor ao afirmar que "se a decisão (de conduzir o regime para um caminho) é tomada por um grupo militar, ou por certos indivíduos dentro dele, significa, claramente, que o regime não conta mais com a confiança necessária para servir aos interesses da nação, e que partiu-se o mecanismo ideal de obediência."

Parece-nos interessante apresentar, também a opinião de George A. Kelly relativa aos efeitos destruidores da política sobre as virtudes militares: obediência e honra. Quanto à obediência, começa afirmando que, "quando o homem é componente de um grupo que estabelece exigências especiais relativas à sua obediência, deve ajustar suas convicções de modo a satisfazer o consenso mínimo do grupo, ou retirar-se, em sinal de protesto". Entretanto, quando o grupo militar começa a desempenhar atividades políticas, começa, também, a perder sua coesão. "Porque o valor específico e quase monolítico da lealdade do país, tal como é expressa na subordinação ao governo livre-

mente eleito, é substituído por uma multidão de divergentes lealdades a princípios políticos antagônicos. Uma vez posta em dúvida a política do país, não haverá outra fonte de obediência capaz de provocar aglutinação; ao contrário, cada um se congregará em torno de sua própria opinião e interpretação dos fatos". "A honra, para o militar, é uma concepção pessoal. O sacrifício forçado do compromisso de obediência pode abolir o padrão de honra. Por outro lado, o sentimento de honra (verdadeiro ou falso) pode ser avivado se, para justificar um ato de insubordinação, o militar acredita que o governo violou um ideal nacional imaginado por ele, militar, e ao qual tanto ele como o governo civil devem igualmente submeter-se. Este é um dos perigos da mística de uma **ideologia nacional**, e dentro dela ocorreram numerosas tragédias de desobediência militar".

Finalmente, procurando responder às perguntas: — "O que é perigosamente político a cerca do anticomunismo?" e "porque devem ser censurados os Oficiais que ultrapassarem as normas estabelecidas pelo governo a esse respeito?", o autor nega aos militares o direito de interpretar a política nacional, por três motivos:

"Primeiro, não porque o militar, em serviço ativo, não possua visão superior à dos civis. Sim porque seu uniforme o desqualifica profissionalmente para envolver sua instituição na crítica à política do governo, que, numa democracia, é uma decisão tomada por civis. E, dentro da democracia, as forças militares têm que chegar a aceitar um papel definido na comunidade política".

"Segundo, porque a atividade política independente, de Oficiais da ativa, tende, como já foi anteriormente mencionado, a destruir a coesão da organização militar, pondo em xeque o critério básico de obediência e conduzindo ao despedaçamento da disciplina, o que mina a capacidade da organização como instrumento de combate".

"Terceiro, porque, já que ninguém pretende negar a realidade da ameaça comunista, ou a necessidade de tomar medidas nacionais firmes e inequívocas para fazer face à emergência, oráculos individuais, — especialmente os em desacôrdo com o que o governo está tentando consêguir podem estropear o esforço unificado para enfrentar a ameaça. Isto pode ajudar a deturpar a alta estratégia e levar os grupos militares ou civis a interpretar mal a natureza do perigo e os melhores processos para enfrentá-lo".

Concluindo o artigo, Kelly lembra aos militares — homens de ação, por excelência, e que, normalmente, sentem-se frustrados diante de uma situação que não promete solução imediata, como é o caso do antagonismo Oriente — Ocidente — "que o sucesso não é obtido por meio de uma fórmula miraculosa e instantânea".

Dos militares se espera firmeza e paciência. A aptidão profissional, a disciplina e a honra são as virtudes máximas da carreira. E devem lamentar qualquer desvio político que lhes ameace a coesão ou lhes enfraqueça a capacidade de assegurar a integridade do país.